

Ellen Cristina Carmo Rodrigues

A Justiça Juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente

Rupturas, permanências e possibilidades



Editora Revan

Copyright © 2017 by Editora Revan

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Editor

Renato Guimarães

Revisão

Janda Montenegro

Capa

Mariana Vianna Abramo

Imagem de fundo da capa

Autor: Tirachard

Site: Freepik.com

Diagramação

Patricia Seabra

Impressão e acabamento

(Em papel off-set 75 g. após paginação eletrônica,
em tipos Galliard 11/13)

Psi7 - Printing Solutions & Internet 7 S.A.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R612j

113.413

Rodrigues, Ellen

A justiça juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente: rupturas, permanências e possibilidades / Ellen Rodrigues. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2017.

368 p.: il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7106-606-9

1. Direito penal. I. Título.

17-46063

CDU: 343.2

14/11/2017

17/11/2017

SUMÁRIO

Prefácio	21
Introdução	23
Apresentação e Metodologia.....	29
1 A construção social da Justiça Juvenil.....	31
1.1 A historiografia do tratamento legal dos menores de idade e a valorização da infância e da adolescência na modernidade	36
1.2 O ideal liberal clássico, o Iluminismo e as transformações do poder punitivo no século XVIII.....	44
1.2.1 O Iluminismo e suas contradições	46
1.2.2 A responsabilidade penal dos “inocentes” à luz do “penalismo ilustrado”	52
1.3 O positivismo criminológico e as novas formas de controle social das crianças e dos adolescentes	57
1.4 O “modelo tutelar” ou de “situação irregular”	62
1.4.1 Uma digressão oportuna: crime e castigo em Hegel e seus desdobramentos no âmbito da Justiça Juvenil	69
1.4.2 A difusão do correcionalismo nas práticas do “modelo tutelar” e a doutrina da “situação irregular”	76
1.5 O “modelo educativo” ou de “bem-estar”	81
1.5.1 Um novo olhar para a delinquência juvenil: rupturas a partir de novas lentes criminológicas	84

1.6	O “modelo de responsabilidade” ou de “proteção integral”	98
1.7	As propostas atuais: o “modelo misto” ou “4 D’s” e as novas orientações	106
1.7.1	As dificuldades para a implantação do último dos 4 D’s: despenalização ou descriminalização e os desafios da atualidade.....	112
2	Rupturas e permanências da Justiça Juvenil no Brasil: o “modelo penal (in)diferenciado”, o “modelo tutelar”, a doutrina da “situação irregular” e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90).....	117
2.1	A “história da programação criminalizante” da Justiça Juvenil brasileira: os Códigos Penais de 1830 e 1890 e o “modelo penal (in)diferenciado”	121
2.1.1	Os paradigmas iniciais do sistema de Justiça Juvenil brasileiro: a percepção sobre a criança e o adolescente pobre nos escombros sociais da escravidão e das classes perigosas	126
2.2	A primeira fase do “modelo tutelar”: a República Velha e o Código de Menores.....	135
2.2.1	Os anos 1930 e a reforma penal: a ambiência do programa penal de 1940	148
2.2.2	As políticas sociais do Estado Novo, o SAM (Serviço de Assistência ao Menor) e a transição democrática	154
2.3	A Ditadura Militar, a questão menorista e a Política Nacional de Bem-estar dos Menores.....	161
2.4	A segunda fase do “modelo tutelar”: a reforma do Código de Menores, a doutrina da “situação irregular” e o “mito das drogas”	164
2.5	Os tratados e convenções internacionais para proteção dos direitos da infância e da juventude e seus impactos no Brasil.....	174
2.5.1	Convenção americana sobre os Direitos Humanos	176
2.5.2	Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e Juventude (<i>Regras de Beijing</i>)	177

2.5.3	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.....	179
2.5.4	Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de Riad).....	181
2.5.5	Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade	182
2.6	A redemocratização do país, os direitos e as garantias fundamentais e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990).....	182
2.6.1	Para além da forma: o Estatuto da Criança e do Adolescente e os desafios da democracia brasileira.....	192
3	O avanço do neoliberalismo, a “onda punitiva” e seus impactos no Brasil: o que se rompe e o que permanece no âmbito da Justiça Juvenil?	211
3.1	O empreendimento neoliberal e o “governo através do crime”	213
3.2	Pane no sistema: o cenário nacional nos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	228
3.2.1	Reflexões atualizadas acerca da Justiça Juvenil no Brasil. Ou o que a mídia não mostra... ..	233
3.2.2	Desconstruindo mitos: a participação dos adolescentes em crimes violentos, o extermínio da juventude popular e a tortura nas unidades socioeducativas	249
3.2.3	As novas formas de participação política da juventude popular e a luta pelo recrudescimento	259
3.2.4	Senso e contrassenso na redução da maioria penal.....	266
3.2.4.1	Da inconstitucionalidade da modificação da regra da imputabilidade penal para os menores de 18 anos no Brasil	272
4	A responsabilidade do adolescente pela prática de infração penal no Brasil: possibilidades	285

4.1 Natureza e especialidade das sanções previstas para os menores de 18 anos acusados e/ou condenados pela prática de infrações penais e as interpretações atuais sobre o tema no Brasil	287
4.2 A inimputabilidade penal dos menores de 18 anos como direito fundamental e o “fogo amigo”	291
4.3 A recondução crítica da culpabilidade no âmbito da Justiça Juvenil brasileira	298
Considerações finais.....	317
Anexo Comparação entre os marcos iniciais e finais de responsabilização de adolescentes em diferentes sistemas de Justiça Juvenil	321
Referências bibliográficas.....	325